La Republique, 77122 Monthvon França, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 15 de Agosto de 2000, por despacho de 12 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por detenção e prestação de termo de identidade e residência.

15 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Elvira Pinto Vieira*. — A Escrivã-Adjunta, *Emília Almeida*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA RIBEIRA GRANDE

Aviso n.º 5496/2006 — AP

O Dr. Pedro Miguel Almeida Marques Soares de Albergaria, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Ribeira Grande, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 260/04.8PCRGR, pendente neste Tribunal contra o arguido Ricardo Paulo da Silva Cabral, filho de Alberto Eduardo de Melo Cabral e de Maria José da Silva Cunha, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Agosto de 1969, casado, titular do bilhete de identidade n.º 9650866, com domicílio na Rua da Pranchinha, 22, São Pedro, 9500 Ponta Delgada, por se encontrar acusado da prática de um crime de maus tratos, dois crimes de ofensa à integridade física e um crime de introdução em local vedado ao público, previsto e punido pelos artigos 152.º n.º 2, 143.º n.º 1 e 191.º, todos do Código Penal, por despacho de 15 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

18 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Almeida Marques Soares de Albergaria*. — O Escrivão Auxiliar, *Mariano Melo*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE RIO MAIOR

Aviso n.º 5497/2006 — AP

A Dr.ª Maria Manuela F. L. S. Almeida, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Rio Maior, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 82/94.2GARMR, pendente neste Tribunal contra o arguido António Alberto Simões Filipe, filho de José Filipe Paiva e de Idalina da Conceição Simões de nacionalidade portuguesa, nascido em 27 de Abril de 1963, titular do bilhete de identidade n.º 6610016, com domicílio na Rua Alpedrinha, 86, 1.º, Bairro dos Arneiros, 2500 Caldas da Rainha, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla agravada, previsto e punido pelos artigos 313.º e 314.º alínea c) do Código Penal (1982), praticado em 28 de Fevereiro de 1994, por despacho de 7 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por apresentação.

14 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela F. L. S. Almeida*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Vitorino Fialho Cruz*.

TRIBUNAL DA COMARCA DO SABUGAL

Aviso n.º 5498/2006 — AP

Mariana Roque Ferreira Leite Caetano, juíza de direito do Tribunal da Comarca do Sabugal, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 104/02.5GASBG, pendente neste Tribunal contra o arguido Pedro Miguel Gonçalves Resende Antunes, filho de Fernando Resende Antunes e de Rosa Teixeira Gonçalves Antunes, nascido em 9 de Agosto de 1962, casado, titular do bilhete de identidade n.º 6635345, com domicílio na Rua da Atalaia, 193.º, 3.º, 1200 Lisboa, o qual foi em 2 de Dezembro de 2003, por sentença condenado pelo crime previsto e punido artigo 143.º, n.º 1 do Código Penal na pena parcelar de 140 dias de multa à taxa diária de € 3, condenado por um crime previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1 do Código Penal na pena parcelar de 160 dias de multa à taxa diária de € 3, operado o cúmulo jurídico foi o arguido condenado na pena única de 230 dias de multa à taxa diária de € 3, o que perfaz o montante global de e 690, transitado em julgado em 8 de Março de 2004, pela prática dos seguintes crimes: um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, do Código Penal, e de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1 do Código

Penal, praticados em 15 de Dezembro de 2002; foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Setembro de 2006, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

15 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Mariana Roque Ferreira Leite Caetano*. — A Escrivã-Adjunta, *Georgina Proença*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA COMBA DÃO

Aviso n.º 5499/2006 — AP

O Dr. Pedro Miguel Sequeira Magalhães, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 140/96.9TBSCD, pendente neste Tribunal contra o arguido António Narciso Mendes, filho de Narciso Mendes e de Hermínia da Conceição de nacionalidade portuguesa, nascido em 2 de Dezembro de 1939, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 2897346, com domicílio na Campo da Fonte, 25, Chaves, 5400 Chaves, o qual se encontra acusado pela prática de um crime de maus tratos previsto e punido pelo artigo 152.º, n.º 2 do Código Penal, por despacho de 12 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se apresentado à autoridade policial e prestado termo de identidade e residência.

13 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Sequeira Magalhães*. — O Escrivão-Adjunto, *José Salgado*.

Aviso n.º 5500/2006 — AP

O Dr. Pedro Miguel Sequeira Magalhães, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 272/98.9TBSCD, pendente neste Tribunal contra o arguido Adelino Joaquim Alves Costa, casado, pedreiro, natural de São João de Areias, Santa Comba Dão, nascido em 25 de Janeiro de 66, filho de Adelino dos Anjos Costa e de Gracinda da Conceição Alves, com domicílio na 28 Chemin de La Plaine, 38150 Roussillon, França, por se encontrar acusado da prática do crime e furto qualificado na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas c) e h) 22.º, 23.º, 2 e 74.º do Código Penal (vide agora artigo 203.º e 204.º, n.º 1, alínea a) do Código Penal revisto) e um crime de introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelo artigo 177.º, n.º 1 e 2, do Código Penal (vide agora artigo 191.º, do mesmo diploma revisto), praticados em 22 de Julho de 1994; por despacho de 11 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

15 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Sequeira Magalhães*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Figueiredo*.

Aviso n.º 5501/2006 — AP

O Dr. Pedro Miguel Sequeira Magalhães, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 4/02.8TASCD, pendente neste Tribunal contra o arguido Victor Manuel de Jesus Costa, filho de Agostinho Silva Costa e de Maria Isabel Costa natural de São Sebastião da Pedreira (Lisboa); de nacionalidade portuguesa, nascido em 14 de Agosto de 1969, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8573001, com domicílio na Casteleio, São João de Areias, 3440 Santa Comba Dão, por se encontrar acusado da prática de um crime de outros crimes de falsificação, falsificação de documento previsto e punido pelo artigo 256 n.º 1, alínea a) e 3.º do Código Penal, praticado em 22 de Janeiro de 2002; por despacho de 14 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

18 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Sequeira Magalhães*. — O Escrivão-Adjunto, *José Salgado*.